



A Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT) é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de duas décadas apoia e fomenta o desenvolvimento do direito tributário brasileiro. Constituída por professores, advogados, procuradores, juízes, contabilistas e estudantes, a ABRADT promove vários eventos acadêmicos e profissionais em torno do estudo e da aplicação do sistema tributário nacional e internacional. Entre os eventos, destaca-se o Congresso anual de Direito Tributário, que completa vinte anos de existência e figura como um dos mais importantes do país, como bem ilustram as contribuições constantes nesta obra, que temos a honra de entregar aos congressistas.

**Autor**  
Sacha Calmon Navarro Coelho

# CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 50 ANOS

Estudos em homenagem à Professora  
Misabel Abreu Machado Derzi

**Área específica**  
Direito Tributário.

**Áreas afins**  
Direito Tributário, Diálogos Institucionais:  
Estado x cidadão, Relações Econômicas e Sociais,  
Estado Democrático de Direito, Políticas Públicas e  
Internacionais, Esfera pública, legitimidade e controle.

**Público-alvo/consumidores**  
Graduandos e graduados em Direito,  
Advogados, procuradores e Juízes,  
Auditores e Contadores.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001028

CP574

Código Tributário Nacional 50 anos: estudos em homenagem à Professora Misabel Abreu Machado Derzi / Sacha Calmon Navarro Coelho (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2016.

600 p.

ISBN: 978-85-450-0171-3

1. Direito Tributário. 2. Código Tributário Nacional. 3. Derzi, Misabel Abreu Machado. I. Título.

CDD 343.04

CDU 34:351.713

2016-234

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COELHO, Sacha Calmon Navarro (Coord.). Código Tributário Nacional 50 anos: estudos em homenagem à Professora Misabel Abreu Machado Derzi. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 600 p. ISBN 978-85-450-0171-3.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

Sacha Calmon Navarro Coelho..... 17

### O ART. 98 DO CTN NA ATUALIDADE: LEITURA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE OS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Alessandra Machado Brandão Teixeira, Bárbara Amaranto de Souza..... 19

1 Introdução..... 19

2 O conceito de tratado internacional..... 20

3 A disciplina dos tratados internacionais pelo Código Tributário Nacional..... 22

4 Os tratados internacionais na ordem jurídica constitucional brasileira: monismo ou dualismo?..... 24

5 Os tratados contra a dupla tributação..... 29

6 Os tratados internacionais pelos Tribunais Superiores: STF e STJ..... 33

6.1 A evolução jurisprudencial no âmbito do STF..... 33

6.2 Dos principais julgados envolvendo a aplicação dos tratados em matéria tributária pelo STF e STJ..... 34

6.2.1 Tratado do GATT..... 34

6.2.2 Aplicação da convenção para evitar a dupla tributação..... 36

7 Conclusão..... 38

Referências..... 38

### A “GUERRA FISCAL” NO CONTEXTO JURÍDICO-POLÍTICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Alessandro Rostagno..... 41

1 A “guerra fiscal”: conceito, características e sua relação com o desenvolvimento regional brasileiro..... 41

2 Guerra fiscal, federalismo, competências tributárias e disposições legislativas federais e estaduais versus não cumulatividade do ICMS..... 44

3 Observações e questionamentos acerca da atuação dos entes federados no resguardo de seus direitos de exigibilidade do ICMS frente a benefícios fiscais concedidos unilateralmente por outros estados..... 50

4 Conclusões.....	54
-------------------	----

#### A TRIBUTAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL: ENTRE A SUBVENÇÃO DE CUSTEIO E A SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTO

Alexandre Alkmim Teixeira, Rogério Abdala Bittencourt Júnior .....	57
1 Introdução.....	57
2 Percurso histórico e contexto atual da tributação das subvenções no Brasil.....	58
3 Natureza jurídica e fundamento legal das subvenções – subvenções de custo e de investimento – diferenciação.....	63
4 A tributação das subvenções de custeio.....	71
5 Considerações finais.....	74
Referências.....	75

#### ANISTIA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DESTA IMPORTANTE FERRAMENTA DE POLÍTICA FISCAL

Alexandre Freitas Costa, Rafael Alves Nunes.....	77
1 Introdução.....	77
2 Conceituação.....	78
3 Previsão legal.....	80
4 Anistia x remissão.....	86
5 Anistia x isenção.....	88
6 Considerações finais.....	90
Referências.....	91

#### CONCEITO DE TRIBUTO E SUA DIVISÃO EM ESPÉCIES: UMA ANÁLISE À LUZ DO CTN

André Mendes Moreira, Sophia Goreti Rocha Machado.....	93
1 Escorço histórico da tributação: da Antiguidade ao Estado Social.....	93
1.1 Período greco-romano clássico.....	94
1.2 A Idade Média: do feudalismo ao Estado Absolutista Patrimonial.....	94
1.3 O Estado Tributário Liberal.....	96
1.4 O Estado Tributário Social.....	97
1.5 O rompimento do paradigma do tributo como expressão do poder de império.....	98
2 O conceito constitucional implícito de tributo e a definição positivada no Código Tributário Nacional.....	101
2.1 A inexistência de um conceito ontológico de tributo e sua concepção como norma jurídica.....	101
2.2 O conceito constitucional de tributo.....	102
2.3 O tributo no ordenamento infraconstitucional.....	103
2.3.1 A Lei nº 4.320/64: o tributo sob a perspectiva da ciência das finanças.....	103
2.3.2 O Código Tributário Nacional e o conceito de tributo.....	105
2.3.2.1 Tributo é prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	106
2.3.2.2 Tributo é prestação compulsória.....	106
2.3.2.2.1 Compulsoriedade e regimes especiais de tributação.....	106
2.3.2.2.2 Compulsoriedade, taxas de serviço e preços públicos.....	107
2.3.2.2.3 Que não constitua sanção de ato ilícito.....	108
2.3.2.2.3.1 Tributo x multas fiscais.....	108
2.3.2.2.3.2 A tributação das atividades ilícitas.....	109
2.3.2.3 Instituída em lei.....	111
2.3.2.3.1 Legalidade formal.....	111
2.3.2.3.2 Legalidade material.....	111
2.3.2.4 Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	113
2.4 Considerações finais sobre o conceito de tributo.....	114
3 Conclusões.....	114

#### O RECONHECIMENTO JUDICIAL À CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Bernardo Motta Moreira, Carlos Alberto Moreira Alves.....	117
1 Introito.....	117
2 As certidões de regularidade fiscal.....	118
3 As alternativas processuais para obtenção da CPEN: a antiga ação cautelar antecipatória de penhora.....	120
4 A antecipação de penhora no Novo CPC.....	124
5 Direito à expedição da certidão negativa nas situações em	

que o contribuinte possui decisão reconhecendo a extinção do crédito tributário.....	128
5 Conclusões.....	133

#### ENTRE A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO – A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Carlos Henrique Tranjan Bechara, João Rafael L. Gândara de Carvalho.....	135
1 Dedicatória.....	135
2 Introdução.....	136
3 Alguns parâmetros para a solução do impasse.....	140
3.1 O papel dos princípios na busca de uma resposta.....	140
3.2 A segurança jurídica e a estabilidade das relações .....	141
3.3 A ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal.....	143
3.4 A razoável duração do processo.....	144
4 As posições existentes sobre a questão.....	145
4.1 A inexistência do problema.....	145
4.2 A impossibilidade de correção do problema.....	147
4.3 O prazo decadencial para constituir definitivamente o crédito tributário.....	148
4.4 A prescrição intercorrente.....	149
4.5 A preempção.....	150
5 Os critérios para aferição da razoabilidade da duração do processo administrativo.....	152
5.1 Uma solução alternativa.....	152
5.2 Primeiro critério – a definição de marcos temporais.....	152
5.3 Segundo critério – o comportamento do contribuinte.....	157
5.4 Terceiro critério – o comportamento da Fazenda Pública na condição de parte.....	159
5.5 Quarto critério – o comportamento da Fazenda Pública como órgão julgador.....	159
5.6 A razoável duração do processo e o caso a ser julgado.....	161
6 Conclusão.....	163

#### OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA BILATERAL: CONSENTIMENTO DO CONTRIBUINTE?

Carlos Victor Muzzi Filho.....	165
1 O Código Tributário Nacional e a definição dos conceitos tributários.....	165
2 A visão tradicional da obrigação tributária.....	167
3 Complexidade do fenômeno tributário e o resgate do consentimento do sujeito passivo.....	169
4 Desafio para os próximos cinquenta anos: regulamentar a bilateralidade.....	175
Referências.....	178

#### DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO CTN: UMA RELEITURA A PARTIR DA APLICAÇÃO AO ICMS, ITCD E IPVA

Célio Lopes Kalume.....	181
1 Introdução.....	181
2 Prazo decadencial e homologação. Síntese do entendimento dominante.....	182
3 Homologa-se o pagamento e não a apuração ou a compensação.....	183
4 Os termos iniciais previstos no inc. I do art. 173 e no §4º do art. 150 do CTN.....	184
5 O conhecimento do fato como marco inicial do prazo decadencial.....	186
6 A decadência e os meios necessários e adequados para o exercício da competência tributária.....	188
7 Segurança jurídica.....	191
8 Prazo decadencial no CTN. Interpretação histórica.....	194
9 Prazo decadencial. Conclusão.....	199
10 Decadência. Jurisprudência do STJ.....	200
11 Prazo prescricional. Aplicação ao IPVA.....	202

#### PIS E COFINS DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE: RETROATIVIDADE DA LEI INTERPRETATIVA

Fabio Artigas Grillo.....	205
1 Introdução.....	205
2 Regime jurídico das contribuições do PIS e Cofins das	

cooperativas médicas.....	208
3 A segregação contábil dos atos cooperativos.....	211
4 A dedutibilidade dos ingressos de intercâmbio.....	213
5 §9º-A do art. 3º da Lei nº 9.718/98: retroatividade da lei interpretativa.....	215
6 A posição contrária do Fisco Federal em relação às deduções da base de cálculo do PIS e Cofins.....	221
7 A jurisprudência favorável às exclusões da base de cálculo do PIS e Cofins pela Lei nº 12.783/2013.....	223
8 A inércia do Fisco Federal em agir de ofício impõe a iniciativa pelo sujeito passivo por meio do direito de petição.....	227
9 O recálculo requerido é vinculante: seja pela lei, seja por parecer expedido pelo Fisco Federal .....	228
10 Não proceder o recálculo do PIS e Cofins conforme novel legislação interpretativa contraria o princípio da legalidade administrativa .....	230
11 Os demais princípios da boa administração tributária aplicáveis para se justificar o recálculo dos lançamentos de ofício.....	231
12 Conclusões.....	233

#### A NATUREZA JURÍDICA DOS PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL À LUZ DOS INSTITUTOS DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA ANISTIA

Flávio Couto Bernardes, Luana Veloso Gonçalves Godinho.....	237
1 Introdução.....	237
2 Da transação tributária e da anistia como manifestações do poder de polícia fiscal dos entes federados.....	238
3 Da natureza jurídica do programa de recuperação fiscal – Refis.....	242
4 Conclusão.....	247
Referências.....	248

#### OS SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE E A INCIDÊNCIA DO ICMS E ISS

Gustavo Brigagão.....	249
-----------------------	-----

#### CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E AS NORMAS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Helena Taveira Torres.....	265
1 Considerações iniciais.....	265
2 Fontes normativas do federalismo: lei complementar e normas gerais de direito financeiro e tributário.....	266
3 Lei complementar na Constituição – breves considerações.....	271
4 Definição de “normas gerais” de competências concorrentes e sua aplicação ao direito financeiro.....	276
5 Normas gerais e princípio de subsidiariedade no federalismo... ..	279
6 Conceito e funções da lei complementar no sistema tributário nacional.....	283
6.1 Lei complementar como pressuposto para o exercício de competências da União (legislação federal).....	286
6.2 Lei complementar como pressuposto para a criação de normas gerais (legislação nacional).....	287
7 Considerações finais – a hierarquia da lei complementar na função de veículo de normas gerais: posição do CTN no sistema de fontes.....	291

#### ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO PROGRAMA BRASILEIRO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVOS NO EXTERIOR

Igor Mauler Santiago.....	293
1 Introdução.....	293
2 O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e os seus defeitos.....	294
3 Conclusão.....	297

#### A NOTIFICAÇÃO REGULAR (ART. 145 DO CTN) COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REFLEXÕES JURÍDICAS PARA SUPERABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE REPRESENTADA PELA SÚMULA Nº 436 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo.....	299
--	-----

Introdução.....	299
1 O instituto do lançamento tributário na Constituição da República e no Código Tributário Nacional.....	300
2 As características e requisitos específicos das três modalidades de lançamento.....	302
3 O entendimento dos tribunais sobre o tema-problema: o débito declarado e não pago prescinde de notificação e já pode ser imediatamente cobrado.....	304
4 A notificação regular como condição para eficácia do lançamento tributário (art. 145 do CTN).....	304
5 Argumentos que conduzem à superabilidade do entendimento jurisprudencial dominante.....	307
Conclusões.....	311

#### AS CONTROVÉRSIAS DOS IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS E DIREITOS À LUZ DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Juselder Cordeiro da Mata.....	313
1 Introdução.....	313
2 Evolução histórica dos impostos incidentes sobre a transmissão de bens e direitos.....	314
3 Pontos controvertidos à luz da Constituição Federal e Código Tributário Nacional, seus enfrentamentos perante os tribunais com referência à progressividade nos impostos incidentes sobre a transmissão de bens e direitos.....	316
4 Particularidades dos limites da imunidade tributária do ITBI relativo às estruturas societárias e a complementação dada pelo Código Tributário Nacional.....	320
5 Proposta de emenda à Constituição para instituir um adicional ao imposto sobre a transmissão causa mortis ou doações (ITCD).....	322
6 Conclusão.....	326
Referências.....	328

#### O “VELHO” CTN E O “NOVO” CPC – PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NOS TRIBUNAIS

Luis Carlos Martins Alves Jr.....	329
-----------------------------------	-----

#### CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E A UNIFICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Luis Eduardo Schoueri.....	349
1 Introdução.....	349
2 Código Tributário Nacional: gênese e estrutura.....	350
2.1 Surgimento do Código Tributário Nacional e a unificação do direito tributário brasileiro.....	350
2.2 Estrutura e características do CTN.....	355
3 Código Tributário Nacional após a Constituição Federal de 1988.....	357
3.1 Lei complementar tributária na Constituição Federal de 1988: da sustentação de uma ordem jurídica nacional.....	357
3.1.1 Funções centrais da lei complementar tributária e a consagração da teoria tricotômica na Constituição de 1988.....	360
3.1.2 Funções tópicas da lei complementar tributária: lei federal com quórum qualificado.....	367
3.2 Código Tributário Nacional enquanto lei complementar tributária à luz da Constituição Federal de 1988.....	367
4 Conclusão.....	372

#### DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Luis Fabiano Alves Penteado.....	375
Introdução.....	375
As duas regras de decadência no Código Tributário Nacional ....	376
Da hipótese de aplicação do art. 150, §4º do CTN.....	377
Da hipótese de aplicação do art. 173, I, do CTN.....	383
Conclusão.....	386
Referências.....	387

#### O CTN E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA: UM ENFOQUE NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTOS SOCIAL, NA PERSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos.....	389
---	-----

**ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO ICMS EM MINAS GERAIS POR MEIO DO DECRETO Nº 46.930/2015**

Marcelo Jabour Rios, Maria das Graças Lage de Oliveira, Bruna Furtado Vieira Machado.....	405
1 Introdução.....	405
2 Considerações acerca do ICMS.....	406
2.1 Perfil constitucional do ICMS: caráter nacional.....	406
2.1.1 Papel desempenhado pelo Senado Federal.....	408
2.1.2 Papel desempenhado pela lei complementar.....	409
2.2 Princípio da legalidade.....	411
2.3 Base de cálculo.....	412
3 O diferencial de alíquotas – Difal no ICMS .....	415
3.1 Diferencial de alíquota do ICMS antes da EC nº 87/2015.....	417
3.2 Diferencial de alíquota do ICMS após a EC nº 87/2015: evolução dos sistemas tecnológicos.....	417
4 Alteração do Difal em Minas Gerais pelo Decreto nº 46.930/2015.....	421
5 Considerações finais.....	423
Referências .....	424

**SELETIVIDADE E ICMS: PARA ONDE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 APONTOU E PARA ONDE A POLÍTICA FISCAL DOS ESTADOS REALMENTE NOS CONDUZIU**

Marciano Seabra de Godoi.....	427
Introdução. A bela teoria da seletividade tributária.....	427
Seletividade e extrafiscalidade.....	429
Histórico da seletividade tributária no direito constitucional brasileiro.....	431
Como devemos compreender a norma constitucional segundo a qual o ICMS poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços?.....	433
A tortuosa prática da seletividade tributária do ICMS.....	434
Os reais motivos pelos quais as telecomunicações e a energia elétrica são tributadas pelas maiores alíquotas do ICMS.....	438
Questões pendentes na jurisprudência do STF.....	440
Conclusões.....	442

**ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA: UMA PERSPECTIVA ATUAL**

Oswaldo Santos de Carvalho, Valério Pimenta de Morais.....	445
1 Considerações iniciais: a Administração Tributária numa perspectiva atual.....	445
2 Da relação Fisco e contribuinte: o deslocamento da centralidade do direito tributário.....	447
3 Dos deveres instrumentais: uma breve análise do dever de colaboração do contribuinte.....	449
4 O novo paradigma de fiscalização: o ambiente eletrônico e a auditoria fiscal e contábil.....	452
5 Conclusão.....	463
Referências .....	466

**CINQUENTA ANOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL:  
A GRANDE OBRA DE RUBENS GOMES DE SOUSA**

Paulo Adyr Dias do Amaral.....	469
1 Elaboração doutrinária (pré-legislativa) do conceito de tributo no Brasil.....	469
2 Conceito de tributo no direito positivo brasileiro.....	473

**CAUSAS DE SUSPENÇÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E O SEGURO-GARANTIA**

Raphael Frattari.....	485
1 Introdução.....	485
2 O seguro-garantia .....	495
3 As causas de suspensão da exigibilidade do crédito.....	498
4 Rol taxativo no art. 151 do CTN?.....	500
5 O sistema atual de garantia aos créditos tributários.....	503
6 Dogmática jurídica e realidade.....	507
7 Conclusões.....	508

**NOVO PRAZO PRESCRICIONAL PARA O CONTRIBUINTE PROPOR**

<b>AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO</b>	
Sacha Calmon Navarro Coelho.....	511
1 Prolegômenos.....	511
1.1 A coisa julgada relativizada. Insegurança jurídica.....	511
1.2 O suporte constitucional da questão em exame.....	512
2 A ação rescisória.....	516
2.1 Norma e lei.....	517
2.3 O direito de repetir tributo baseado em lei inconstitucional.....	517
3 A irretroatividade da lei e a retrospectividade.....	518
4 A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva.....	520
4.1 A irretroatividade da lei fiscal no Brasil.....	520
4.2 Declaração de constitucionalidade de lei pelo STF não enseja ação rescisória pró-Fisco.....	521
5 Limites materiais em lei complementar da constituição (CTN) impedindo parcialmente ação rescisória em tema tributário.....	523
5.1 Segurança jurídica.....	523
5.2 A proteção da confiança do contribuinte.....	523
5.3 O direito do contribuinte de pagar tributo com causa e de não pagar à falta de causa para exigí-lo.....	524
<b>A INTERPRETAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO COMPARADO DO PENSAMENTO JURÍDICO ENTRE SISTEMAS DO CIVIL LAW</b>	
Sarah Amarante de Mendonça Cohen.....	525
1 Introdução.....	525
2 A estrutura do sistema jurídico francês e a interpretação do direito tributário.....	526
3 A interpretação do direito tributário brasileiro.....	536
4 Conclusão.....	545
Referências.....	548
<b>DENÚNCIA ESPONTÂNEA: UMA ANÁLISE SOBRE A JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA APLICAÇÃO DO ART. 138 DO CTN</b>	
Valter de Souza Lobato, Rafael Angelo de Sales Silva.....	551
1 Introito.....	551
2 O instituto da denúncia espontânea.....	552
3 Da interpretação dada pelos tribunais ao art. 138, do Código Tributário Nacional.....	555
3.1 A impossibilidade de incidência de multa de mora nos casos de denúncia espontânea.....	555
3.2 Da inaplicabilidade da denúncia espontânea aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação.....	562
3.3 Denúncia espontânea e os casos de exclusão do crédito tributário por compensação.....	567
4 Conclusões.....	572
<b>MUTAÇÕES NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E OS CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA ENTRE EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO</b>	
Tácio Lacerda Gama.....	573
1 Introdução.....	573
2 O problema.....	574
2.1 Estrutura, sentido e função da norma de responsabilidade tributária.....	576
3 Nosso problema: variações sobre o sentido de “grupo econômico” e sua equivocada função de hipótese de responsabilidade tributária.....	578
3.1 Pluralidade de sentidos para a locução “grupo econômico” no direito positivo brasileiro.....	579
3.2 O que deve ser provado é causa para a atribuição de responsabilidade, não a existência de grupo econômico.....	581
4 O desajuste da hipótese “pertencer a grupo econômico” às causas de responsabilização previstas pelo CTN.....	582
4.1 O artigo 124, I do CTN - O interesse comum no “fato gerador”.....	582
4.2 O artigo 128 do CTN - Atribuição legal de responsabilidade “a terceira pessoa” vinculada ao “fato tributário” da respectiva obrigação.....	584
4.3 O artigo 134 do CTN: A responsabilidade solidária que surge para certas pessoas, com a impossibilidade de cobrança do	



contribuinte, em relação a ações e omissões que derem causa....	587
4.4 O artigo 135 do CTN – A responsabilidade proveniente da prática de ilícitos em relação às obrigações tributárias que deles decorrerem.....	589
4.5 O artigo 149 do CTN – As hipóteses em que o agente administrativo pode lançar crédito de forma diversa daquela efetuada pelo particular – melhorar este tópico.....	590
5 Conclusões.....	591
6 Referências.....	592
SOBRE OS AUTORES.....	595